

**Ofício CPL/PMG nº 89/2022**

Gravatá, 27 de setembro de 2022.

Ilmo. Sr.  
Dr. Brasília Antônio Guerra  
Procurador Municipal

Através do presente solicitamos a emissão de análise jurídica e pronunciamento quanto a realização de Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a **Contratação de empresa especializada para Cessão de Uso de Sistema Integrado de Gestão Tributária, visando a modernização dos procedimentos de atendimento ao contribuinte e cobrança das receitas próprias da Prefeitura Municipal de Gravatá, Estado de Pernambuco, incluindo os serviços de conversão de dados, instalação, configuração, hospedagem, manutenção do sistema, assessoria no processo de implantação, treinamento dos usuários**, conforme condições constantes no termo de Referência, para tanto, encaminhamos minuta de edital e demais anexos.

Observando-se as cautelas da legalidade a lei de Licitações e contratos, Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520.

Sem mais para o momento, deixo minhas mais elevadas estimas e considerações.



**Victor Hugo de Menezes.**  
Presidente/Pregoeiro da CPL-PMG

**PARECER JURÍDICO Nº 323 /2022**

**PROCURADORIA MUNICIPAL**

Interessado(a): Comissão Permanente de Licitação.

Assunto: consulta sobre a possibilidade de abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica especializada para cessão de uso de Sistema Integrado de Gestão Tributária, incluídos os serviços de conversão de dados, instalação, configuração, hospedagem, manutenção do sistema, assessoria no processo de implantação e treinamento dos usuários, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Natureza: Consulta

**Ementa:** consulta sobre a possibilidade de abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica especializada para cessão de uso de Sistema Integrado de Gestão Tributária, incluídos os serviços de conversão de dados, instalação, configuração, hospedagem, manutenção do sistema, assessoria no processo de implantação e treinamento dos usuários, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Possibilidade jurídica. Análise da questão à vista dos preceitos contidos na Lei nº 8666/93, Lei 10520/2002, Decreto Municipal nº 46/2018 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

**RELATÓRIO**

Instada à manifestação desta Procuradoria pela Comissão Permanente de Licitação, por meio do ofício CPL/PMG nº 89/2022, referente à possibilidade de abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica especializada para cessão de uso de Sistema Integrado de Gestão Tributária, incluídos os serviços de conversão de dados, instalação, configuração, hospedagem, manutenção do sistema, assessoria no processo de implantação e treinamento dos usuários, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

## FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República prevê em seu artigo 37, inciso XXI que, salvo exceções previstas em lei, a Administração Pública deve efetuar suas compras mediante processo de licitação, observando, portanto, os princípios da impessoalidade, isonomia, moralidade e da legalidade que norteiam o ente público na condução de suas atividades de eminente interesse público.

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

**XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O caso em tela se refere à contratação de pessoa jurídica especializada para cessão de uso de Sistema Integrado de Gestão Tributária, visando a modernização dos procedimentos de atendimento ao contribuinte e cobrança das receitas próprias da Prefeitura Municipal de Gravata.

O objeto licitado é considerado comum, ou seja, aquele cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital e por meio de especificação usual de mercado.

Sendo assim, por se tratar de aquisição de bem comum, o pregão eletrônico é a modalidade que melhor se adequa ao caso em exame. É o que se infere dos artigos 2º e 4º do Decreto Municipal nº 46/2018, que trata do Pregão Eletrônico no âmbito do Município de Gravata.

**Art. 2º** O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for efetuada à distância em sessão pública, por meio de sistema eu promova a comunicação pela internet.

**§1º** Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

**Art. 4º.** Para aquisição de bens e serviços comuns será adotada preferencialmente a modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Ainda, importante observar que a licitação na modalidade pregão eletrônico encontra respaldo no ofício circular 001/2020 TCE-MPCO, que recomendou a realização de procedimento licitatório mediante modelagem eletrônica em razão da pandemia ocasionada pela Covid-19.

No mais, insta firmar que a fase preparatória do Pregão deve atender às exigências legais previstas no artigo 9º do Decreto Municipal nº 46/2018.

Art. 9º Na fase preparatória do Pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I- Definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a sua realização;

II- Elaboração do Termo de Referência pelo órgão requisitante, assinado e datado pela autoridade competente devidamente identificada, contendo a indicação do objeto na forma do inciso anterior e todas as demais informações pertinentes e necessárias à elaboração do edital;

III- Apresentação de justificativa da necessidade da aquisição pretendida;

IV- Elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V- Definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração.

A fase externa do pregão, disciplinada nos artigos 16 e seguintes do Decreto Municipal nº 46/2018, bem como no artigo 4º da Lei 10.520/2002, e que compreende as fases da publicação do edital, julgamento e classificação das propostas, da habilitação, adjudicação e da homologação do certame, foi devidamente contemplada e especificada no edital.

A minuta do edital encaminhada atende aos preceitos legais insculpidos no artigo 40 da Lei 8666/93.

A minuta do contrato, por seu turno, atende às exigências contidas nos artigos 54 e 55 da Lei 8666/93.

Ressalta-se, ademais, que a estimativa de preços para a contratação corresponde a R\$ 186.800,00 (cento e oitenta e seis mil e oitocentos reais), valor obtido mediante ampla pesquisa de mercado, o que evidencia, portanto, sua compatibilidade com os preços usuais de mercado.

No mais, as despesas decorrentes de eventual contratação possuem dotação orçamentária própria, previstas no orçamento da Secretaria Municipal de Finanças.

De todo o exposto, estando a documentação em consonância com os preceitos legais contidos no Decreto 46/2018 e nas demais legislações aplicáveis ao caso em exame, é juridicamente viável a abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica especializada para cessão de uso de Sistema Integrado de Gestão Tributária.

### **CONCLUSÃO**

*Ante o exposto*, analisando o objeto da consulta à luz da Lei 8666/93 e Decreto Municipal 46/2018, **opino pela possibilidade de abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica especializada para cessão de uso de Sistema Integrado de Gestão Tributária, incluídos os serviços de conversão de dados, instalação, configuração, hospedagem, manutenção do sistema, assessoria no processo de implantação e treinamento dos usuários, conforme especificações constantes do Termo de Referência.**

É o parecer s. m. j.

Gravatá (PE), 28 de setembro de 2022.

  
**Júlia Suassuna de Albuquerque Wanderley**  
Procuradora Municipal

  
**Brasília Antônio Guerra**  
Procurador Geral do Município